

doi 10.46943/X.CONEDU.2024.GT04.001

# NÃO BASTA SER DE TODOS/AS, TEM QUE SER COM TODOS/AS E PARA TODOS/AS: REFLEXÕES SOBRE A GESTÃO EM ESCOLAS ASSOCIATIVAS

Walter José Moreira Dias Junior<sup>1</sup>

## RESUMO

O objetivo do presente trabalho é estabelecer algumas reflexões a respeito da gestão de escolas associativas e identificar como os processos educacionais afetam diretamente o nível de *densidade democrática* (SANTOS, 2011, 2019) destas instituições em especial. Entendendo a singularidade deste modelo de escola, que apesar de privada não se constitui como propriedade de uma pessoa ou família, é possível desenvolver um caminho fértil para efetivar uma horizontalidade de suas ações diretivas e educacionais. Será abordado como a democracia interna, tanto na gestão escolar como no campo pedagógico em si, é uma trajetória que potencializa práticas inovadoras, diferentes saberes e a rotina deste tipo de instituição. O engajamento constante de famílias, estudantes e professores/as se faz necessário para que práticas hierárquicas não se estabeleçam e nem tenham condições de se naturalizar. Ter as vozes, dos diferentes segmentos da comunidade escolar, ouvidas e valorizadas no processo decisório do cotidiano escolar é importante para que projetos não se desvirtuem e acabem se corroendo com o passar do tempo, incorporando os vícios hierárquicos e antipedagógicos de escolas privadas tradicionais. Será abordado também como a pluralidade é um fator chave para estas instituições, precisando ser vista no corpo estudantil, docente e nos órgãos de deliberação. Assim, evita-se criar um oásis de privilégios para uma classe social que pode financiar as cotas associativas, que ensina e possui um discurso de defesa da diversidade, mas que não é capaz de democratizar o acesso à escola, através de ações afirmativas, e nem as instâncias de decisão, através de uma real representatividade.

**Palavras-chave:** escolas associativas, gestão democrática, educação.

<sup>1</sup> Doutorando em Educação na Universidade Federal Fluminense. Professor da Secretaria de Estado de Educação do RJ (SEEDUC-RJ) e da Secretaria Municipal de Educação de Maricá (SME-Maricá).

*A escola deveria ser o lugar onde educadores e jovens, juntos, construísem o conhecimento. Um conhecimento vivo e estimulante. Se assim fosse, ela deixaria de ser uma instituição de controle, onde as pessoas devem ser premiadas com dinheiro ou com notas para comparecer, trabalhar e produzir conhecimento para se tornar uma associação voluntária de pessoas com objetivos comuns – o do aprendizado. Em uma escola assim, não seria preciso haver prêmios nem castigos, não seriam necessárias catracas eletrônicas nem grades, sejam as do portão, as curriculares ou horárias.*

Helena Singer

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho não é realizar um produto final acerca da intersecção de escolas associativas, gestão escolar e educação democrática. Um pouco distante das pretensões acadêmicas de trazer respostas, o ponto importante aqui é levantar perguntas e propor algumas reflexões, sem pretensões de encerrar debates.

Desta forma busca-se tecer uma conversa inicial com o/a leitor/a, que pode concordar ou não com alguns dos pontos apresentados, mas que sirva para desnaturalizar pelo menos algo que pareça óbvio ou que não tinha sido pensado no cotidiano escolar pelos/as leitores/as que vivenciam o chão de escolas associativas.

Assim, se questionar é fundamental, tendo a noção da inacabamento do educador (FREIRE, 2002), além de percebermos que uma educação não se faz com pontos finais, tampouco com exclamações e sim com reticências:

E por isso que sinto falta das reticências nas escolas. São elas que deixam a reflexão pairando. São elas que permitem um silêncio genuíno ao invés da gritaria. São elas que valorizam mais os processos do que a substância final. Precisamos de pontes e não de um único ponto. Seremos mais gerúndio e não infinitivo. Pelo menos com as reticências já são três caminhando.... Pensar uma pedagogia das reticências e valorizar mais a construção e a desconstrução de estados do que o apego pelo resultado em si. E estar e não meramente ser. (CASTRO, 2020).

Objetivo aqui é refletir como a educação democrática e a gestão democrática são fundamentais para fortalecer os projetos educacionais que tem por base o modelo associativo.

## OS/AS ASSOCIADOS/AS

Pensar o corpo de associados/as é importante. Em escolas associativas onde se unem famílias e educadores/as, definir nos estatutos as delimitações da atuação de cada um destes segmentos. As famílias tem poder decisório em fóruns ampliados sobre questões pedagógicas? Somente questões estruturais-administrativas?

Garantir espaço de escuta e deliberação junto com as famílias é importante pois ajuda a combater um viés clientelista, desestimulando esse olhar de consumidor para a escola. Diminui a ênfase na posição de só cobrar resultados sem compreender e participar dos processos na escola.

E qual o papel dos profissionais da educação? Como reduzir um viés de funcionários abaixo hierarquicamente, sem flexibilizar aspectos celetistas e garantir uma participação plena desses atores? Não é o caso de um ataque aos direitos trabalhistas, mas tendo garantido todos os seus direitos, como garantir um espaço de trabalho saudável onde os profissionais em cargos de direção e coordenação não sejam vistos como chefes e as vozes dos/as educadores/as sejam tolhidas e negligenciadas.

Sobre os/as profissionais associados/as em cargos de gestão nos detemos mais a frente neste trabalho.

Uma questão latente que se coloca em diversas escolas associativas: funcionários/as de manutenção, limpeza e do administrativo devem ser associados/as ao projeto da escola? Quando o projeto educativo exclui esses trabalhadores e trabalhadoras, cria-se uma hierarquia onde já se tolhe a voz desses/as personagens fundamentais, que estão mais horas na semana na escola do que qualquer outra função. Somente se acatam decisões, sem espaço para ouvi-los/as e aprender com eles/as.

Com isso, em eventos abertos extraordinários, naturaliza-se para esse grupo o lugar da escuta, do trabalho de apoio e de ser enfadonho, pois muitas vezes ocorre pós-expediente e perde o sentido para estar ali quando se é mais um momento que não lhes toca, afinal: "A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece." (LARROSA, 2002, p.21)

Decisões equivocadas podem ser tomadas porque não se leva em conta vivência que esses/as trabalhadores/as têm em espaços muito mais diversos

dentro das escolas. Afinal, é muito maior a sociabilidade nos corredores e pátios do que salas de aulas com encontros pedagógicos de 50 minutos. Ainda mais se forem organizadas tradicionalmente em um modelo que:

o mestre-escola será o artífice dessa grande obra. A escola se organiza, pois, como uma agência centrada no professor, o qual transmite, segundo uma gradação lógica, o acervo cultural aos alunos. A estes cabe assimilar os conhecimentos que lhes são transmitidos. (SAVIANI, 1999, p. 18)

Escolas associativas são feitas à muitas mãos, e não devem naturalizar modelos tradicionais, hierárquicos e centrados nos/as docentes em sala de aula. Neste caso, os projetos também perdem potência e caminha-se infelizmente para uma Pedagogia da Maçaneta (NOGUEIRA, 2017).

É para romper com as maçanetas que singularizam práticas de sala aula, não se deve, inclusive, temer o contraditório, a argumentação. Profissionais estarão abertos/as a compartilhar práticas com o coletivo. Assim como a escola, ao receber famílias, não deve encará-las como adversárias, como algumas vezes vemos nas escolas. Em escolas de modelo associativo, todos estão na mesma trincheira, associados/as funcionários/as e associados/as familiares. Tudo deve ser feito para garantir o melhor para desenvolvimento pedagógico dos/as estudantes. Afinal, a escola associativa é de todos/todas.

De todos e todas, inclusive dos/as professores/as que atuam na mediação aos estudantes PCDs. É preciso frisar isto pois em escolas é comum ocorrer um processo de invisibilização. Muitas vezes não são vistos como parte do corpo docente das instituições.

É fundamental reconhecer os/as educadores/as que atuam nesta função, não como mediadores/as, não como funcionários/as do administrativo, mas como educadores/as com mesma importância e pesos dos educadores especializados e regentes de turma. Inclusive salarial. Parece óbvio isto, mas no dia a dia escolar já acompanhei escolas que restringiam o acesso destes/as profissionais à sala dos/as professores/as e outras que os/as utilizavam como inspetores/as durante os recreios.

## OS/AS ESTUDANTES

Para ser de todos e todas é fundamental garantir espaços de escuta, conversa e deliberação dos estudantes. Não é porque são crianças ou jovens que

devem ter sua voz menosprezadas como em escolas de modelo tradicional. Mesmo sem serem associados – de fato – ao projeto educativo na prática, o corpo discente é a alma da escola, e não a secretaria e os diários, como algumas vezes algumas escolas deixam transparecer.

Garantir espaços de participação estudantil é fundamental: assembleias estudantis, grêmio e representantes de turma com função efetiva.

É importante que as assembleias estudantis tenham um caráter regular, para não ficar sob decisão dos professores quando elas ocorrerão e que pauta terão. Por vezes vemos em instituições que adotam a prática de organização de assembleias para ela servir de privilégio ou moeda de troca. Por exemplo, quando há algum mau comportamento de um grupo de estudantes ou de uma turma em específico eles serem proibidos de participar da próxima assembleia, quando na verdade são nesses momentos que as assembleias se tornam ainda mais fundamentais. Escutar os/as estudantes!

A escuta dos/as estudantes não deve ser feita como premiação, com deliberações limitadas ou seu silenciamento ser feito em razão de retaliações.

Como potencializar o espaço das assembleias?

É sabido como as autoavaliações são uma ferramenta importante para o acompanhamento do trabalho pedagógico. Favorece que estudantes tímidos/as também exponham sua opinião, e garante um momento de reflexão que os estudantes têm sobre a sua própria construção do conhecimento. Afinal, é importante que as:

fichas de autoavaliação, em que os estudantes refletem sobre o seu aprendizado, a turma enquanto coletivo e a própria atuação do professor, que terá um retorno sobre a sua prática docente. A visão que os estudantes tem sobre o ato de aprender, sobre a escola em si, sobre processos de tensão ou oportunidades de potencialidade de cada turma. Assim, há uma base para se construir as pautas das assembleias seguintes. Pavimenta-se um caminho para ampliar a densidade democrática desta comunidade educativa. (DIAS JUNIOR, 2024, p.18-19)

Essa ferramenta pode ser melhor aproveitada quando serve de incremento para as discussões das assembleias seguintes.

Isto favorece que os/as estudantes se vejam representados/as e a autoavaliação ganhe ainda mais sentido. Porém, um cuidado deve ser tomado para que não haja o efeito inverso. Se a autoavaliação tem caráter apenas institucio-

nal, burocrático, ela se esvazia de sentido aos olhos dos estudantes e até dos professores.

Isso corre maior risco em instituições em que a autoavaliação feita pelos/as estudantes compõe parte da nota presente nos boletins. O foco muitas vezes vai apenas para o numeral que o/a estudante se autoavaliou e toda a análise qualitativa das respostas dos estudantes a outras perguntas acaba secundarizada e pode acabar nem chegando aos/às professores/as.

Uma questão que pode afligir escolas de maior porte, que utilizam ou querem utilizar as assembleias como instrumento de horizontalidade em suas instituições, é a quantidade de alunos presentes. Caso se reúna muitas dezenas de estudantes ou centenas de estudantes caso a escola tenha diversas turmas do mesmo ano ou se reúna todo um segmento para debater e dialogar.

Aproveitando as reflexões de David Von Reybrock (2020) é possível estabelecer representantes por meio de sorteio em cada turma, e estes sorteados representariam os interesses da turma no espaço da assembleia, a cada nova assembleia novos/as integrantes seriam sorteados. Isso garantiria um processo de isonomia e uma democracia real pois qualquer estudante teria a oportunidade qualificada de defender os interesses de seus/suas colegas e ainda se otimizaria o espaço de discussões, pois, por vezes, assembleias com um quantitativo grande de estudantes acaba por ter conversas paralelas e distanciamento de alguns estudantes pela dificuldade natural de se ouvir em espaços com maior aglomeração e barulho.

Não se deve ter medo da posição de estudantes e da sua participação. Inclusive nos conselhos de classe. Ter representantes das turmas nos conselhos de classe é uma ação enriquecedora desses espaços e ajuda a politizar tanto o ambiente como os presentes. Ajuda a enfraquecer o estigma que muitos conselhos de classe de colégios carregam como sendo o local para criticar os/as estudantes e as turmas, colocando-os/as como culpados/as por não deixarem os/as professores/as realizar o seu trabalho com maior qualidade. Sendo o espaço de apontar as “dificuldades de aprendizagem”, quanto a isso José Pacheco nos alertou:

que não há apenas ‘dificuldades de aprendizagem’ nos alunos, mas que há ‘dificuldades de ensinagem’ nos professores, as práticas se transformavam. (...) Inovar equivale a operar rupturas paradigmáticas e, sozinho, pouco ou nada poderia fazer. Constituímos uma equipe. (PACHECO, 2019, p.46)

Para se refletir sobre as próprias dificuldades de ensinagem a participação dos/as estudantes é rica, e não deve ser restrita ao “conselho em classe”. Conselho de classe é o momento em que educadores/as se reúnem, ao fim de períodos letivos. Mas o “conselho em classe” é bem intencionado, porém não deve substituir o conselho de classe com estudantes.

É válido também quando a coordenação pedagógica e alguns/mas professores/as vão à turma para escutá-la e realizar um “conselho em classe”. Mas este modelo sozinho ainda carrega certos vícios de hierarquia, pois não é o conselho de classe oficial como espaço de poder que está se abrindo para receber estudantes. O “conselho em classe” carrega uma aparência em que alguns/mas educadores/as “desceram” da sua hierarquia para falar com os estudantes.

As escolas que possuem fóruns, conselhos pedagógicos ou colegiados diversos devem ter estudantes representantes nestes espaços. Convém salientar que é razoável que os/as estudantes mais velhos na escola tenham certa prioridade na representação para que esta participação não seja alegórica para se tirar fotos para as redes sociais, e sim para participar de fato, e algumas vezes para discordar e confrontar o que está sendo debatido, e para trazer pontos de pauta que os/as gestores/as e professores/as não tinham imaginado.

Essas são todas medidas para aproveitar o viés associativo destas escolas, garantir um processo de educação democrática, apesar do caminho mais fácil ser o tradicional e hierárquico sempre. Precisamos que a: “escola opere uma pedagogia cooperativa, de troca de saberes, que coloca os estudantes, desde cedo, no papel de definir, planejar, executar e avaliar projetos de seu interesse” (SINGER, 2008, p.4)

Reconhecer a importância da participação dos/as estudantes e de como eles/as são sujeitos neste processo de construção de conhecimento, que não pode ser mão única, para que se garanta a participação deles/as nos mais altos cargos de espaços de gestão, até para que professores/as, coordenadores/as e diretores/as não furem a fila da cantina na hora do recreio, para que seja uma relação de iguais, tal como na epígrafe deste texto da referência Helena Singer.

Outro fator relevante para a democracia em escolas associativas quanto ao corpo discente é a necessidade de um pluralismo para além de aspectos da diversidade. bell hooks (2021) argumenta que diversidade reconhece a existência de diferenças, mas é o pluralismo que vai propor respostas à existência das diferenças: “muitos educadores abraçam a ideia da diversidade enquanto resis-

tem ao pluralismo ou a qualquer outro pensamento que sugira que eles não devem mais defender a cultura dominadora” (hooks, 2021, p.95)

Por vezes, projetos associativos de educação que não possuem convênio com o poder público, cobram mensalidades significativas para a realidade social brasileira. É natural, pois precisam se existir e resistir aos empreendimentos educacionais das grandes redes. Porém, não se pode cristalizar esse cenário para que esta educação mais horizontal que se pretende associando-se professores/as e famílias, sejam somente para filhos/as de classes médias e altas da sociedade.

Não deve se ter medo de classes populares. As escolas deste perfil somente serão democráticas de fato se houver uma política séria de bolsas de ação afirmativa, tanto de viés étnico-racial e de origem social. Não se deve rechaçar de pronto parcerias com o poder público para oferecimento de vagas para rede pública de ensino. Está aí a beleza de das escolas associativas conseguir também atuar como ferramenta para a transformação social.

Em alguns casos, estas escolas se configuram realmente como parte do território em que ocupam, e não como uma ilha que não estabelece conexões com a vida ao redor da classe trabalhadora. Iniciativas como cursos da EJA e alfabetização de adultos no período noturno pode fomentar muito esse ideal pertencimento como também pluralizar ainda mais o corpo discente destas instituições. Até mesmo organizar cursos preparatório para o ENEM e para Escolas Federais de Ensino Médio com bolsas integrais para estudantes de classe popular também possibilita essa construção de novos futuros.

Ainda assim, não basta dar acesso à estas classes. Não raro observa-se em escolas que oferecem restritas bolsas de ações afirmativas, estudantes oriundos de outras camadas sociais sendo isolados pelo grupo dominante de classe média e média alta.

Não basta reconhecer a necessidade da diversidade. É preciso garantir o pluralismo.

Uma ação importante pode ser a criação de um Fundo para Cotistas, para onde educadores/as podem fazer doações voluntárias e que recebe parte dos lucros de eventos abertos. Este Fundo pode amparar estudantes cotistas e suas famílias em carência socioeconômica, com aquisição de material escolar e alimentação na escola.

## OS/AS GESTORES/AS

Ao pensar na importância da função de direção em projetos associativos é relevante demarcar que não deve ser um projeto personalista, ao redor de uma figura específica, pois em caso de saídas ou aposentadorias, pode-se ter uma sensação de vazio institucional.

Escolas associativas amadurecem e se potencializam organicamente quando a gestão tem caráter temporário e transitório. Sem figuras que se eternizam, mesmo que em diferentes cargos de “poder”, pois naturaliza que sua voz tenha maior peso em debates, independentemente do teor das colocações.

A alternância de pessoas na função de direção pedagógica é desejável, auxilia inclusive a mais educadores vivenciarem o contexto, a relevância e os desafios deste cargo. Para tal, a fim de facilitar essa rotação e também evitar criar longos períodos com as mesmas pessoas na direção, uma característica importante seria impedir que o/a diretor/a tivesse apenas este cargo.

O acúmulo com a sua função original na escola associativa facilita na hora de saída da direção, para que não haja saídas do projeto, ou demissões de outros funcionários para que se acomode os ex-diretores no corpo de funcionários novamente. Além de garantir que a direção não se esqueça de como é estar na base, seja na sala de aula, no atendimento direto às famílias, para que não se naturalize a hierarquia perante aos demais no cotidiano da escola.

Para horizontalizar as decisões das pessoas que estão exercendo o cargo de direção pedagógica, a existência de um fórum ou conselho pedagógico se faz primordial. Podemos buscar uma comparação ao que Clastres mencionou em seu trabalho etnográfico quanto a lideranças indígenas:

O chefe está a serviço da sociedade, é a sociedade em si mesma – verdadeiro lugar do poder – que exerce como tal sua autoridade sobre o chefe. É por isso que é impossível para o chefe alterar essa relação em seu proveito, colocar a sociedade a seu próprio serviço. (CLASTRES, 2013)

Assim, submeter as decisões da direção a um espaço ampliado de discussão e deliberação a ajuda a quebrar a hierarquia muitas vezes naturalizada em espaços de direção. Estes fóruns ampliados em escolas associativas normalmente têm lugar, além das direções, as coordenações pedagógicas e orientações educacionais dos segmentos e representantes de professores. É necessário criar um ambiente em que os educadores, do chão da sala de aula, não se sintam intimi-

dados neste contexto já que estão em minoria numérica muitas vezes frente aos demais cargos, e no organograma tradicional das escolas estão abaixo de todos os outros nesta reunião.

Uma ação importante, para se democratizar as ações da gestão, é instituir a consulta ao segmento em momentos de vacância dos cargos de coordenação e orientação educacional. Assim, não é somente a direção que irá opinar e definir a contratação destes cargos.

É preciso criar um cenário de respeito e garantias trabalhistas para que não se gere receio nos professores em estar naquele espaço e que virem alvos devido a discordâncias que podem vir a ter. Se nestas reuniões os professores representantes de cada segmento da escola mais escutam do que falam é um indício que a CLT está mais presente – com medo de represálias e demissões –, do que um processo de construção coletiva.

Uma possível sugestão para ter representatividade real de todos os segmentos que a escola abarca seria limitar votos dos membros da gestão por segmentos, nas decisões em que o consenso não seja possível. Por exemplo, um segmento com dois ou três coordenadores e orientadores, escolas com dois ou três diretores, cada grupo destes computar um voto, pois caso contrário, o voto daqueles que estão na sala de aula representando o seu segmento de professores tende sempre a remar contra a corrente.

É importante criar a rotina de levar decisões importantes para este fórum ou conselho. Deve-se fugir de explicações que falta tempo, que a pauta da discussão é grande demais. Este espaço não é o local para se aprovar medidas, e sim para que se discuta as medidas, em seguida se delibere, pois assim a democracia se fortalece e não se torna um ambiente de fachada onde as decisões da gestão já vêm definidas somente para ser apresentadas a um coletivo ampliado. Por vezes, vemos que por meio destas desculpas a participação de professores do chão da sala de aula é vetada nestes conselhos ou fóruns de escolas associativos. Em prol de uma celeridade nos debates.

Além de pensar na participação de estudantes nestes espaços, com já foi abordado anteriormente, se faz fundamental um olhar para a representação étnico racial no conselho ou fórum de deliberação. É necessário buscar uma paridade étnico racial nestes espaços e de gênero se a maioria foi masculina.

Não é raro notar que em espaços de deliberação de maioria branca, curiosamente os/as novos/as contratados/as para a instituição tendem a ser

brancos/as. Cida Bento (2022) no Pacto de Branquitude ajuda a refletir sobre esta questão.

Relevante também instituir um Comitê de Qualidade do Trabalho, de formação plural, onde se possa receber denúncias de assédios, morais e sexuais, que por ventura venham a acontecer.

Já na direção administrativa, como ocorre em diversas instituições de maneira separada da pedagógica, é importante que se crie espaços de discussão com os/as associados/as, sejam eles/as trabalhadores/as do projeto ou familiares que aderiram à proposta da instituição.

A rotina de assembleias regulares e a obrigatoriedade de ter que se vincular a pelo menos um Grupo de Trabalho coletivo da associação pode ajudar nesta sensação de pertencimento e não ter somente o único vínculo o pagamento da taxa associativa ao projeto educativo.

Esses Grupos de Trabalho auxiliam a descentralizar as tarefas e podem ter como tema: Eventos Culturais; Eventos Sociais; Financeiro; Estrutura; Formações em diversos campos de saber; Eventos abertos à sociedade civil. Pode-se adequar a cada realidade das comunidades escolares, cabendo à direção administrativa fomentar a realização de reuniões com uma regularidade mínima de cada Grupo de Trabalho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas linhas anteriores foram expostos algumas inquietações, desejos e esperanças para que escolas de modelo associativo sejam ambientes vivos, democráticos, empáticos e sem precarizações nos trabalhos de seus funcionários/as.

Estatuto, Regimento e Projeto Político-Pedagógico devem ser alvo de constantes reflexões, e não ser cristalizadas ou escondidas do dia a dia da escola. Devem ser objeto de remodelação constante, sempre feito a muitas mãos, pois escolas associativas estão em constante transformação e mudança, e novos/as profissionais e associados/as chegam a todo momento.

De todos/as: pertencente à todos/as os/as associados/as. Sem hierarquia, apagamentos e exclusões.

Com todos/as: funcionários/as, estudantes e famílias.

Para todos/as: para não ser um oásis de privilégio apartado das classes populares.

## REFERÊNCIAS

BENTO, Cida. Pacto da Branquitude. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2022.

CASTRO, Franco. “Por uma pedagogia das reticências...” In: **Radis**, Fiocruz, 01 de março de 2020.

CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o Estado – pesquisas de antropologia política: São Paulo: Cosac Naify, 2014

DIAS JUNIOR, Walter. **Assembleias em sala de aula, educação democrática e bell hooks**: a estratégia pedagógica de uma subcultura de resistência na rede pública estadual do Rio de Janeiro. SERTÃO HISTÓRIA – Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos em História Social e Ambiente – NEHSA, Universidade Regional do Cariri | V.3., N.5., jan.-jun. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

hooks, bell. Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança. São Paulo: Elefante, 2021.

LARROSA BONDÍA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, nº 19. Jan.-abr. 2002. p. 20-28.

NOGUEIRA, Braz. **A pedagogia da maçaneta e a pedagogia da loteria**, 2017. Disponível em: <http://anabocchini.blogspot.com/2017/02/a-pedagogia-da-macaneta-e-pedagogia-da.html>. (Acesso 30/05/2024.)

PACHECO, José. **Inovar é assumir um compromisso ético com a educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

REYBROUCK, David Von. Contra as eleições. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Boaventura: para que o futuro seja de novo possível**. São Paulo, Outras Palavras, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Que democracia é esta?** Lisboa, Público, 19 de julho de 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 32ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

SINGER, Helena. **A Gestão Democrática do Conhecimento**: sobre propostas transformadoras da estrutura escolar e suas implicações nas trajetórias dos estudantes. Março de 2008. 231p. Relatório de Pós-Doutoramento na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

SINGER, Helena. O pior é quando o professor falta e o aluno comemora. Portal Aprendiz, UOL, 2007. <https://portal.aprendiz.uol.com.br/arquivo/2007/11/23/o-pior-e-quando-o-professor-falta-e-o-aluno-comemora/> (Acesso em 30/05/2024)